



www.pnud.org.br
www.undp.org/hdr2003

Embargado até 8 de julho de 2003

Contatos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento:

Nova Iorque:
William Orme
Tel:(212) 906-5382
william.orme@undp.org

Londres:
Christelle Chapoy
Tel:(44) 20 7630 9361
christelle.chapoy@undp.org

Genebra:
Laura Ngo-Fontaine
Tel:(41 22) 917 83 61
Laura.ngo-fontaine@undp.org

Paris:
Abdoul Dieng
Tel:(331) 45 68 49 13
abdoul.dieng@undp.org

Bangkok:
Cherie Hart
Tel:(662) 288-2133
cheri.hart@undp.org

Bratislava:
Sandra Pralong
Tel:(421) 2 59 337 428
sandra.pralong@undp.org

Copenhagen:
Ragnhild Imerslund
Tel:(45) 35 46 71 50
@undp.org
ragnhild.imerslund@undp.org

Tóquio:
Akiko Fuji
Tel:(81) 35 467-4853
akiko.fuji@undp.org

Brasília:
José Carlos Libânio
Tel:(55 61) 329-2000
rdh2003imprensa.@undp.org.br

Brasil é país com maior evolução em ranking histórico do IDH

O Brasil é o país que galgou mais posições na classificação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) desde 1975. Foram 16 postos ganhos ao longo de 26 anos, levando o país à 65ª posição. Apenas a Malásia conseguiu um salto equivalente entre os 99 países para os quais há dados de todo o período. É o que revela o Relatório do Desenvolvimento Humano 2003, lançado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Como sempre, o ranking do IDH é montado com base em dados de dois anos antes – neste caso, de 2001.

A maior parte da evolução brasileira ocorreu nos anos 70 e 80, quando o país saltou dez posições. No intervalo entre 1975 e 1990 o país só não conquistou mais posições do que a Guiana (16 postos). O Brasil ganhou mais duas colocações na década seguinte e, de 2000 para 2001, pulou mais quatro.

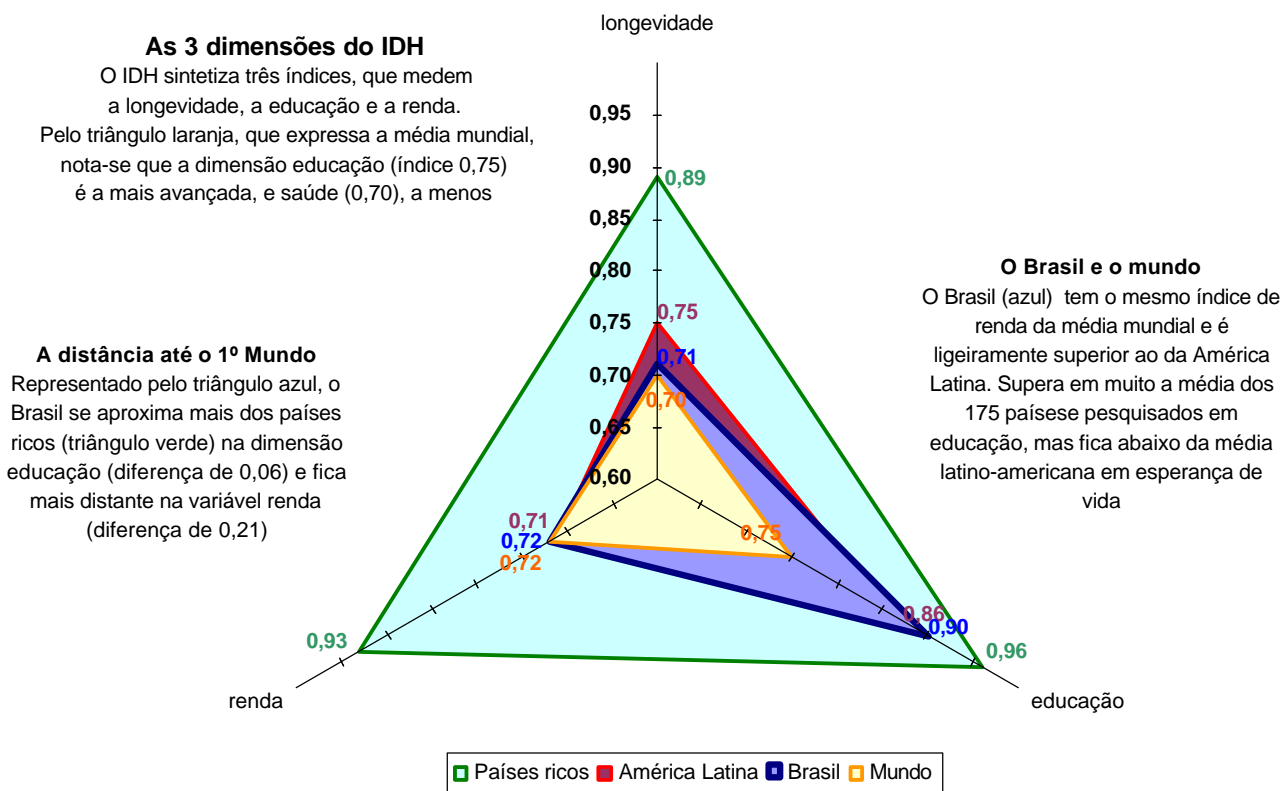
Essa escalada brasileira no ranking do IDH aconteceu a despeito de uma taxa medíocre de crescimento da renda per capita. Entre 1975 e 2001 o aumento foi, em média, de 0,8% ao ano, ficando abaixo das médias mundial (1,2%), dos países ricos (2,1%) e dos países em desenvolvimento (2,3%).

Das três dimensões do IDH (longevidade, educação e renda), esta última foi a que menos contribuiu para a elevação do índice do país. Já na longevidade, que reflete as condições de saúde geral da população, o Brasil teve resultados mais significativos. Em duas décadas e meia os brasileiros ganharam mais de 8 anos na sua esperança de vida ao nascer – de 59,5 anos para 67,8 anos. Mas por ter partido de um patamar muito baixo, esse avanço foi insuficiente para elevar o país a uma posição de destaque no que diz respeito à longevidade. O Brasil ocupa apenas a 110ª posição entre 175 países no ranking desse indicador.

Num período mais recente, principalmente ao longo da década de 90 do século passado, o Brasil fez progressos sensíveis na área da educação: entre 1990 e 2001 a taxa de alfabetização de adultos (15 anos ou mais) cresceu de 82% para 87,3%; no mesmo intervalo de tempo, a taxa de matrícula líquida no nível fundamental para crianças de 7 a 14 anos pulou de 86% para 97%, e a taxa de matrícula líquida no ensino médio foi multiplicada de 15% para 71%.

De 1999/2000 para 2000/2001 a taxa de matrícula bruta nos três níveis de ensino (fundamental, médio e universitário) no Brasil cresceu de 92,9% para 95,1%. Esse crescimento, somado à elevação da taxa de alfabetização de adultos (de 86,9% em 2000 para 87,3% em 2001), fez o índice da dimensão educação chegar a 0,90. No mesmo período, a esperança de vida ao nascer dos brasileiros cresceu de 67,6 anos para 67,8 anos, o que representou um índice da dimensão longevidade de 0,72. Ao mesmo tempo, a renda per capita medida pela paridade do poder de compra subiu de US PPC \$ 7,349 mil para US PPC \$ 7,360 mil, o que significa um índice da dimensão renda de 0,71.

É a combinação desses três índices (educação, longevidade e renda) que levou o Brasil a um IDH de 0,777 e à 65ª colocação no ranking de 2001, contra um índice de 0,772 e à 69ª posição no ranking de 2000.



Os dados do Relatório de Desenvolvimento Humano 2003 não são comparáveis aos publicados no RDH de 2002. Entre outros motivos porque, no último ano, a Unesco, responsável pelos indicadores relativos à educação, reviu as informações referentes à taxa de matrícula bruta. Em vez de usar estimativas próprias, a Unesco passou a adotar os dados observados pelos governos dos

próprios países. No caso brasileiro, isso implicou mudanças profundas: em vez de 80%, a taxa para o período 1999/2000 é de 92,9%.

À primeira vista, o percentual parece alto quando comparado ao de outros países com IDH mais alto do que o do Brasil, como Estados Unidos e França. A explicação é que, por se tratar de uma taxa bruta, estão contidos nela todos os estudantes matriculados, independentemente da idade. Isso inclui, por exemplo, os jovens com mais de 14 anos de idade que ainda cursam o ensino fundamental.

Como o IDH se propõe a medir o acesso à educação e não a qualidade do ensino, opta-se pela taxa bruta de matrícula. O raciocínio por trás dessa opção é o de que é melhor que os jovens estejam na escola, mesmo que atrasados em relação à série que cursam. Afinal, o atraso escolar pode ser corrigido por programas de aceleração.

IDH do Brasil cresce acima da média da América Latina

